

**JUVENTUDE E TRAJETÓRIAS ESCOLARES: CONDICIONANTES DO
ABANDONO E PERMANÊNCIA NO
PROJOVEM URBANO**

Felipe Lopes da Cunha Alves

Mestrando do PPGE/FE UFRJ

(Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

1. Introdução

O Brasil experimenta um período em que o acesso à educação básica, principalmente no Ensino Fundamental, está praticamente universalizado. Contudo, problemas quanto à qualidade da educação oferecida comprometem o processo de escolarização dos alunos das camadas menos favorecidas, tornando-se um novo desafio. Questões como a não permanência de alunos nos sistemas formais de ensino são ainda um grande nó a ser resolvido.

Quando fazemos recorte por modalidade da educação, tomando a Educação de Jovens e Adultos – EJA – por exemplo, os desafios são maiores e os problemas estariam concentrados ainda na questão do acesso dos indivíduos, mas principalmente na questão da permanência destes nos sistemas educacionais.

Nos últimos anos, diversas políticas públicas foram desenvolvidas com foco nas juventudes, principalmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005¹. Na mesma lei² fora criado também um dos principais programas na Política Nacional para as Juventudes, o ProJovem. O programa se desenvolveu entre os anos de 2005 e 2008, quando passou por modificações, surgindo, portanto, o ProJovem Urbano. As finalidades, em ambos os programas, são as mesmas, a inclusão de jovens pobres em três esferas, através da escolarização, inserção no mercado de trabalho e formação cidadã. As diferenças consistiriam em alguns elementos de seu funcionamento como a ampliação na duração dos cursos, de 12 para 18 meses, bem como na faixa etária do público atendido. Até 2008 apenas podiam se matricular jovens entre 18 e 24 anos, com a reformulação do programa a idade máxima de

¹ Ibase/Polis, 2010.

² Lei 11129/2005.

adesão foi ampliada até os 29 anos de idade. O programa, em seu documento oficial³ diz trazer algumas inovações para garantir a retenção de seu público, tais como o pagamento de auxílio financeiro aos alunos, produção de material didático próprio, a conclusão do ensino fundamental em 18 meses; um amplo sistema de monitoramento e avaliação e um modelo de gestão intersetorial que, em nível nacional, conta com a participação de 4 ministérios.

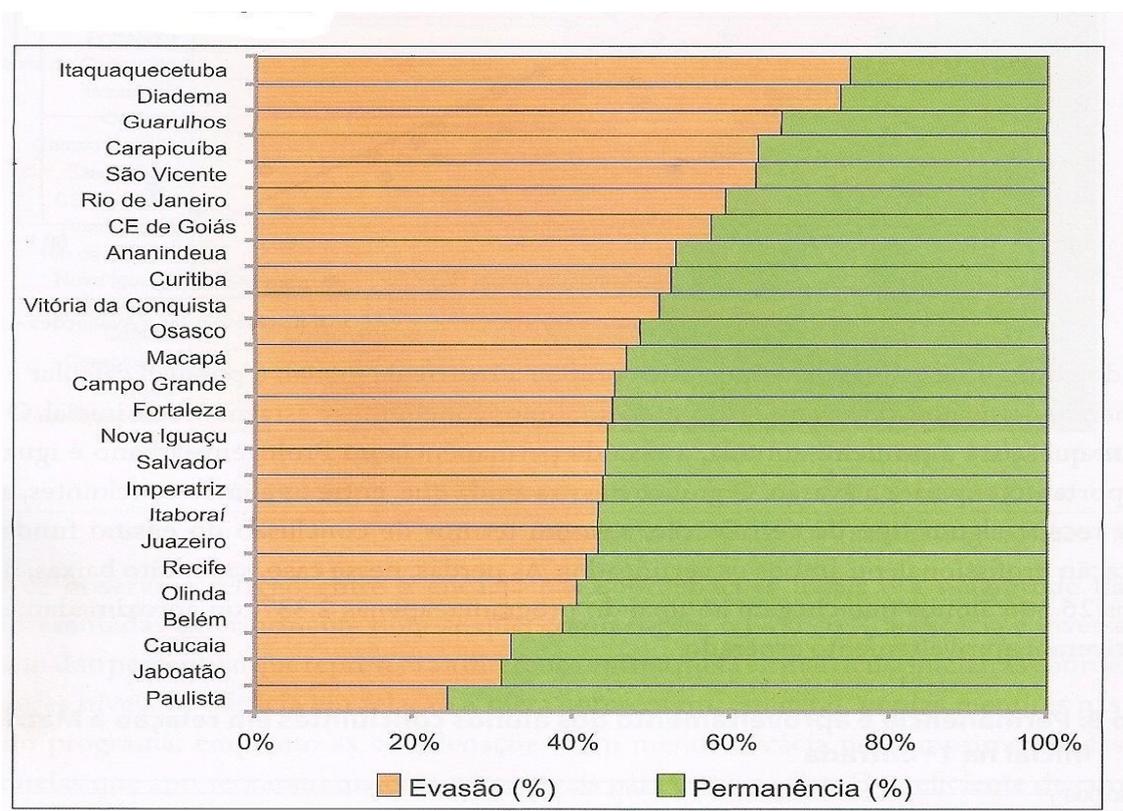
Essa combinação interministerial que compõe o modelo de gestão intersetorial era composta pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e a Secretaria Geral da Presidência da República. Estes formam o Comitê Gestor do ProJovem Urbano. A execução do programa está a cargo da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, ligada à Secretaria Geral da Presidência da República. Esta coordenação é responsável pela articulação com as gestões locais visando o cumprimento dos objetivos e finalidades do programa, dentre eles a produção do material, a formação dos educadores e gestores locais e o processo de monitoramento e avaliação. A implementação se desenvolve na colaboração entre a União, os estados e os municípios. Estados e municípios formam os comitês gestores locais, com a participação de suas respectivas secretarias de estado nas áreas de juventude, educação, desenvolvimento/assistência social e/ou trabalho. Do mesmo modo, em nível local se constituíram as coordenações locais responsáveis diretamente pela implementação do programa, em aspectos como procedimentos de matrícula, seleção e qualificação dos docentes, por exemplo.

O presente estudo parte de um recorte de estudos mais amplos sobre a implementação do programa, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. Neste recorte buscamos compreender as percepções dos jovens participantes acerca do programa, bem como possíveis condicionantes para a não permanência de parcela considerável destes no programa. As dificuldades quanto à permanência de jovens na escola é problema em qualquer proposta em Educação de Jovens e Adultos e no ProJovem Urbano não é diferente, mesmo que o seu desenho tenha sido desenvolvido para combater tal fenômeno. O abandono de alunos no programa é fato recorrente, contudo varia de acordo com as localidades em que foi implementado, conforme demonstra o gráfico 1. No mesmo gráfico notamos que em algumas

³ Brasil, 2008.

coordenações locais o abandono atinge a marca de 75%, no município de Itaquaquecetuba, enquanto que no município de Paulista, o abandono não ultrapassa a marca dos 25%.

Gráfico 1 - Permanência e evasão em relação à matrícula inicial na 1ª entrada, segundo coordenações locais:



Fonte: CNPJU e CAED/UFJF – Matrículas e Avaliações – 1ª entrada

Os cursos no ProJovem Urbano tem a duração de 18 meses, esse período é chamado de Entrada. As Entradas aconteceram em tempos distintos entre 2008 e 2010, havendo também rodízio de localidades onde elas aconteceriam. Para se ter uma ideia, a cidade do Rio de Janeiro recebeu três entradas, a primeira entre 2008 e 2009, a segunda entre 2009 e 2010 e a sexta, ocorrida entre 2010 e 2011. Ao todo o programa contou com 6 entradas. Os dados coletados para desenvolver esse estudo foram coletados com alunos das primeira e segunda entradas.

Os dados utilizados tem origem nos questionários aplicados aos alunos presentes nos núcleos, os chamados surveys. Estes surveys foram desenvolvidos pelo GT de monitoramento e avaliação, com o objetivo principal de montar um perfil de alunos e captar suas principais percepções em relação ao programa. Em cada entrada foram aplicados três surveys, sendo o

primeiro poucas semanas após o início das aulas, o segundo ocorre por volta da metade do curso e o último ocorre a semanas do Exame de Certificação Final do ProJovem Urbano. Os surveys contém algumas diferenças em sua estrutura, no primeiro o foco é no perfil dos alunos, o segundo se concentra na avaliação de material didático e atividades pedagógicas. Este segundo survey também é preenchido pelos educadores. O terceiro se foca nas percepções gerais do programa como um todo. Outra fonte de dados usada nesse estudo, esta de cunho qualitativo, são grupos focais desenvolvidos com alunos ainda presentes no programa, no ano de 2009. Estes grupos focais tinham a finalidade de captar mais especificamente as impressões dos alunos em relação à rotina destes dentro do programa. Por fim utilizamos dados coletados em um questionário aplicado a alunos que abandonaram o programa. O mesmo foi aplicado nestes jovens através de contato telefônico. Esses contatos foram obtidos através de listagem cedida pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. O período dessa coleta foi entre abril e julho de 2011. As perguntas foram agrupadas da seguinte maneira a) características demográficas; b) perfil socioeconômico e familiar; c) avaliação do programa d) motivos para não permanência; e) frequência às aulas e provas; e) trajetória escolar; f) trabalho e renda. Este instrumento foi desenvolvido com a finalidade de buscar as principais motivações para o abandono alegadas pelos alunos bem como de analisar o perfil destes. Esta pesquisa só pôde ser feita com alunos que dispunham de algum contato telefônico em seus cadastros junto ao programa, o que limitou o campo de alunos não concluintes pesquisados. A partir daí foram calculados amostras probabilísticas regionais, visando obter a representatividade para cada uma das Coordenações locais participantes nas 1ª e 2ª entradas. A pesquisa possui uma representatividade nacional, onde 1457 alunos da primeira entrada e 3769 da segunda entrada foram entrevistados e o erro amostral não ultrapassa os 3%⁴.

Para o desenvolvimento deste artigo reportaremos alguns estudos sobre a relação dos jovens, em especial os jovens pobres com a escola. Não menos importante, retomaremos alguns escritos sobre a construção do conceito de juventudes. Adiante retomaremos estudos sobre as novas configurações do Estado Brasileiro e o modelo vigente de descentralização. Por fim destacaremos os principais achados desse estudo bem como apontamentos para desenvolvimento de pesquisas posteriores visando a compreensão melhor da relação dos jovens com a escola e de possíveis soluções para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas aos jovens.

⁴ Brasil, 2011.

2. Algumas considerações sobre as juventudes

Ao abordarmos a implementação de um programa destinado aos jovens é de suma importância indicar qual o conceito de jovens e juventudes que utilizamos. Alguns autores⁵ argumentam que a juventude é uma construção historicossocial e, por isto, se alterou ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. Tal construção estaria fundamentada nos pilares da família, da escola e do trabalho, - principalmente consideramos a massificação recente da escolarização dos jovens de estratos menos favorecidos no Brasil – e a relação entre estes pilares. Ainda fundamentado na tese mencionada anteriormente encontramos uma explicação para o fato de sempre descrever o termo jovens ou juventudes no plural, por se tratar de uma construção e esta estar ligada a diversos fatores, em especial os de cunho social. Ainda sobre as juventudes, existem teses⁶ que consideram como marco civilizatório nas sociedades ocidentais a demarcação de determinadas faixas de desenvolvimento, como a infância e a adolescência, por exemplo. Compreendem-se os indivíduos localizados nesses estágios intermediários como detentores de direitos, e se reportando aos jovens, detentores de direitos ao consumo. O autor sugere que fatores como a expansão da escola, o desenvolvimento de um mercado específico para os jovens e uma inserção mais tardia no mercado de trabalho contribuem na construção e reconhecimento desta etapa do desenvolvimento dos indivíduos. O referido autor considera essa etapa como uma etapa de transição entre a fase de dependência dos pais ou familiares e a vida adulta independente. Contudo o mesmo alerta que em se tratando dos jovens mais pobres esse período transitório teria duração menor, e a inserção no mundo adulto seria, portanto, adiantada. O que se conclui é que as juventudes se processam de maneiras distintas, e o aspecto social parece ter a influência maior em tais diferenças. Ambos os autores concordam que o aumento da presença da escola é um dos principais fatores a contribuir na constituição desse grupo específico. Concordam também que a demarcação de juventudes ultrapassam critérios etários.

3. A relação entre os jovens e a escola

A educação brasileira obteve grande êxito a partir dos anos 90 quando se atingiu a quase universalização no acesso ao ensino fundamental. Os desafios se concentram atualmente na qualidade do serviço oferecido. Contudo a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta dificuldades, em especial na permanência de seus alunos. A relação entre os jovens e

⁵ Sposito, 2008.

⁶ Carrano, 2009.

a escola, em especial os jovens pobres, se apresenta de maneira frágil. Uma das possíveis razões para essa fragilidade seria a acelerada inserção no mercado de trabalho ou a sobreposição entre o estudo e o trabalho. Hasenbalg⁷ nesse estudo demonstra que o número de matrículas de jovens nas escolas aumentou nos últimos anos, sendo isto atribuído às políticas educacionais desenvolvidas no mesmo período, tais como aumento na oferta, por exemplo. Demonstra também que o percentual de jovens inseridos no mercado de trabalho pouco variou no mesmo período, sempre beirando os 60%. Por fim o autor sugere uma relação cíclica onde os jovens mais pobres, submetidos a inserção adiantada e precária no mercado de trabalho e o abandono dos estudos, estariam condicionados a condições pouco melhores que a de seus pais quanto a posição no mercado de trabalho e mobilidade social. Em outras palavras, esses jovens estariam condicionados a um quadro de estagnação social.

Tomando ainda os estudos com foco nas questões externas à escola é importante salientar pesquisa sobre os impactos da gravidez entre mulheres adolescentes e jovens⁸. A autora, em seu estudo, demonstra que a gravidez entre mulheres adolescentes aumentou nos últimos anos. Explicita também que tal fenômeno ocorre com incidência maior entre mulheres jovens das camadas mais pauperizadas. Em relação à educação, salienta que a gravidez, em especial nas adolescentes, prejudica o processo educativo. Ela analisa então o fenômeno em duas formas, no ponto de partida e no ponto de chegada. Analisar pelo ponto de partida consta em considerar a frágil educação dos pares, e a conseguinte dificuldade na orientação dessas mulheres quanto à sexualidade, por exemplo. Por outro lado, analisar a questão pelo ponto de chegada, seria, no olhar da autora, observar os impactos da gravidez nos resultados, no processo de escolarização. Uma importante constatação da autora é que a gravidez na adolescência causa prejuízos semelhantes educacionalmente entre mulheres jovens dos estratos mais pobres e as dos estratos mais ricos. A gravidez na adolescência e juventude compromete, portanto, na ascensão educacional das mulheres que passam por tal processo. Entretanto, impactos na ascensão social são mais sentidos entre as mulheres jovens mais pobres.

Outra maneira de analisar a relação dos jovens com os processos de escolarização seria o de tomar o ponto de análise a partir da escola, elencando questões propriamente

⁷ Hasenbalg, 2003.

⁸ Itaboráí (2003).

escolares para compreender tal relação. Tomando importante estudo⁹ acerca da relação de jovens pobres com a escola, este sugere uma relação tensa, difícil entre estes jovens pobres e as instituições escolares. Reconhece-se que o valor da importância da escola para um futuro melhor é cada vez maior entre os indivíduos mais pobres. Entretanto a escolarização dos jovens pertencentes a estes grupos seria mais frágil, visto que estes jovens teriam demandas mais imediatas, em que muito provavelmente culmina no abandono da escola para inserção no mercado de trabalho. No referido estudo, toma-se o argumento de que os jovens e suas respectivas famílias reconhecem a importância da escola para melhor inserção no mercado de trabalho e ascensão social, porém veem pouco ou nenhum significado e utilidade das atividades desenvolvidas na escola e seus respectivos conteúdos. Outra pesquisa¹⁰ nessa linha, sobre a relação entre escolaridade e padrão de vida, demonstra que os principais motivos¹¹ para o abandono da escola entre jovens de camadas mais pobres consta no fato destes terem falta de interesse intrínseco pela escola. Os achados da referida pesquisa sugerem que haja falhas ocorridas nas dinâmicas da escola. Esta não seria concebida e implementada de maneira atrativa e relevante no cotidiano dos jovens, em especial dos jovens mais pobres. Por esta razão os jovens apenas concebem a escola de modo instrumental em vistas a sanar, ou tentar sanar questões mais imediatas. Não menos importante, outros trabalhos¹² com foco nas juventudes analisam a relação dos jovens com a escola no momento de expansão dos sistemas educacionais e da crise econômica que levou a uma crise do modelo de ascensão e mobilidade social via escola. A escola perde força como agência socializadora. Nesse contexto de ineficácia e distanciamento da instituição escolar do mundo dos jovens e de suas demandas que esses novos ingressantes da escola vão construindo suas trajetórias escolares. A partir disso, os autores consideram a ambiguidade entre valorização do estudo como promessa futura de boa inserção em postos de trabalho e a falta de sentido que alunos encontram no presente, caracterizado pelo desemprego, pelas dificuldades, falta de oportunidades e garantias de uma boa colocação no mercado de trabalho e consequente mobilidade social. Independente do desempenho, alunos estabelecem uma relação instrumental com o

⁹ Gomes (1997).

¹⁰ Neri (2009).

¹¹ Os dados analisados pela pesquisa mostram que 2,7% dos alunos de 10 a 14 anos estavam fora da escola. Esta proporção entre jovens na faixa de 15 e 17 anos, em que a escolarização não mais é obrigatória, sobe para 17,8%. A evasão de jovens da escola é ainda maior entre os jovens de 15 a 17 anos entre os 30% mais pobres (23,5%) em comparação ao número total (17,8%), ou em comparação aos 20% mais ricos (5,8%). Mais interessantes são os achados do estudo sobre as motivações que levam o jovem a sair da escola ou a não frequentá-la. Os dois fatores que aparecem com maior destaque são: necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%) e falta intrínseca de interesse (40,3%).

¹² Sposito e Galvão (2004) e Sposito (2005).

conhecimento. Estes estudos ainda levam em conta a ideia de desinstitucionalização da condição juvenil. Seria a crise das instituições “tradicionalmente” consagradas à transmissão de uma cultura adulta padrão cujo prestígio se enfraquece pelo não cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia.

4. Considerações sobre o modelo de implementação do ProJovem Urbano e sua relação com modelo vigente de descentralização.

O Brasil nos últimos anos experimentou várias reformas quanto à gestão do Estado. Diversas propostas foram pensadas de modo a pensar numa eficiência melhor nos serviços prestados à população. Essas buscas levaram ao processo de descentralização na gestão do público. Um importante estudo sobre a questão define¹³ o que se entende como processo de descentralização, bem como seu marco legal no Brasil. Importante considerar que o processo de descentralização tomará nuances próprias, ligadas à área da política pública em questão, por exemplo. O ProJovem Urbano se opera de modo descentralizado, principalmente em sua implementação, desenvolvida em acordo com instâncias de governo estaduais e municipais. Esse processo sofre interferências e estas trazem consequências, conforme será ilustrado no próximo tópico. Uma provável tese para essas dificuldades na implementação, tanto do ProJovem Urbano como em outras políticas públicas poderiam estar ligadas à dificuldade de estabelecer um regime de colaboração¹⁴ entre os entes (União, estados e municípios).

Direcionando a uma análise acerca das políticas destinadas às juventudes em específico, estudos¹⁵ sugerem que, no Brasil, as políticas voltadas aos jovens pobres adquirem algumas peculiaridades. Neste caso estariam assentadas em três pilares, (i) a transferência de renda, (ii) a oferta de atividades educativas e (iii) a exigência da contrapartida, ora na obrigação de frequência na escola ou esfera educacional, ora na necessidade de que esses jovens se engajem em atividades comunitárias. Interessante destacar que a autora considera

¹³ O modelo de distribuição de competências objetiva conjugar as atribuições repartindo-as cooperativamente e, quando for o caso, impondo casos de limitação tais como os expostos no art. 34. Busca-se pois uma finalidade comum, um sentido geral, com regras e normas de modo que se obtenha uma harmonia interna. Mas todas essas competências e limitações encontram seu fundamento de validade na mesma fonte, isto é, na Constituição Federal (Cury, 2002, p. 172).

¹⁴ Ausência de uma tal definição e que dela decorresse um sistema de constrangimentos legais, o risco que se corre é de transformar a cooperação em competição, como no caso da chamada “guerra fiscal”. Na sua ausência, pode-se aventar a hipótese de uma continuidade de traços pré-1988, sobretudo na repartição e distribuição de impostos em face das novas competências e da entrada de novos condicionantes provindos da descentralização entendida sob a crítica a uma postura estatal burocratizada e pouco flexível (Cury, 2002, p. 174).

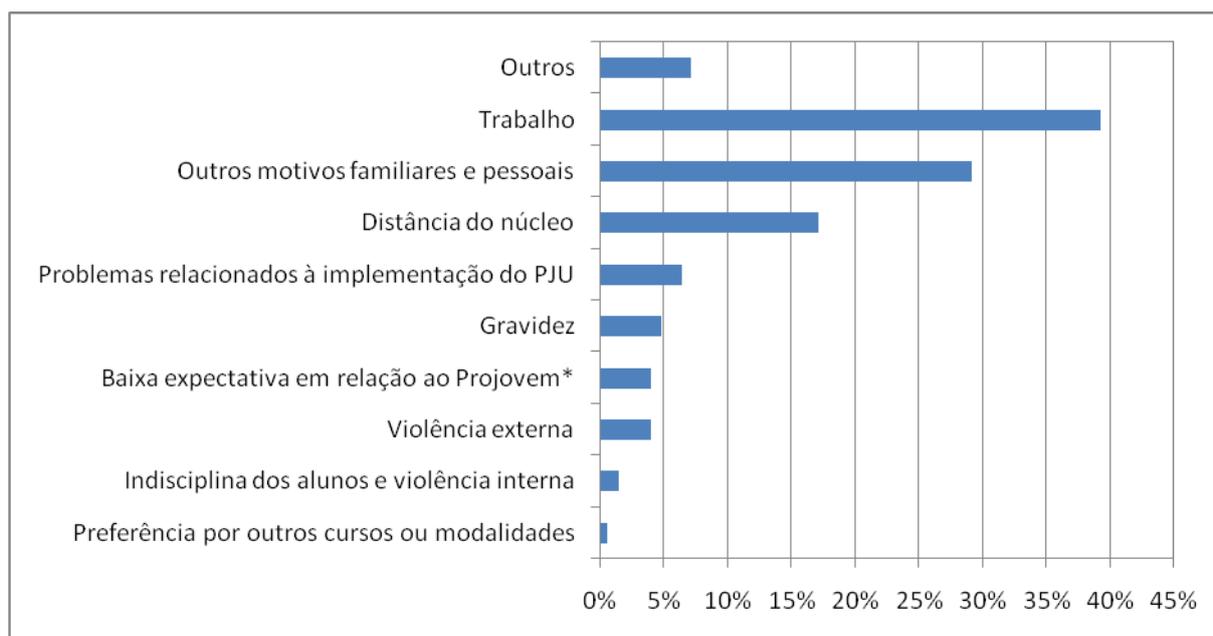
¹⁵ Sposito (2008).

que a construção deste paradigma acerca das políticas voltadas aos jovens e os primeiros programas criados para este segmento seriam o embrião do que hoje é conhecido como o ProJovem.

5. Percepção dos jovens acerca do ProJovem Urbano: algumas evidências.

Este artigo tem por finalidade explorar informações coletadas ao longo dos três anos (entre 2008 e 2001) junto aos alunos pelo GT de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano, com vistas a buscar evidências sobre a percepção dos alunos sobre o programa, bem como prováveis causas para o abandono. Combinaremos dados coletados na pesquisa telefônica com os alunos não concluintes do programa com informações coletadas em grupos focais realizados com alunos do programa quando ainda frequentavam os cursos do ProJovem Urbano. Uma primeira ilustração que merece destaque é o gráfico (Gráfico 2) que demonstra as principais motivações para o abandono de alunos do ProJovem Urbano.

Gráfico 2 - Motivos apontados pelos alunos para desistência ou evasão do ProJovem Urbano



Fonte: ProJovem Urbano: Pesquisa com Evadidos

Importante ressaltar que no estudo principal que dá origem a este artigo, dividimos o abandono do programa em duas categorias, desistência e evasão. Consideramos os alunos desistentes aqueles que foram matriculados ou se matricularam no programa, porém nunca frequentaram uma atividade sequer no ProJovem Urbano. Os alunos evadidos são aqueles matriculados que frequentaram qualquer atividade ocorrida no programa. Sobre o gráfico 2 é importante salientar que as principais motivações para a não permanência no programa estão

associadas a questões externas ao desenho do programa. A motivação que aparece com maior frequência está relacionada ao trabalho, mencionado por 39,3% dos alunos pesquisados. Esta categoria inclui questões como incongruência entre o horário do expediente e o horário das atividades do programa e os casos de alunos que iniciam o programa e logo em seguida arrumam um trabalho. Nos grupos focais podemos destacar algumas falas que explicam a relação entre trabalho e as dificuldades para permanência.

(...) a dificuldade é o horário do trabalho e o horário de chegada, eu vinha de ônibus e gastava muito tempo de lá para cá, aí eu comprei uma bicicleta. A distância, o horário e largar do trabalho e chegar no colégio, era muita coisa para pouco tempo (Jaboatão – PE).

(...) por causa do serviço também. Tem muito... Eu deixo de ir vários [dias], essa semana mesmo eu só fui até quarta-feira, entendeu? Eu não posso abrir mão do meu serviço pelo PROJOVEM. É lógico, o PROJOVEM ajuda a gente com a... com o benefício? Ajuda. Mas isso não vai pagar as minhas contas. Concorda comigo? Se eu não trabalhar eu não tenho dinheiro para pagar as contas. (Sete Lagoas - MG)

Importante recordar que essas falas surgiram do momento em que se questiona no grupo focal algumas das principais dificuldades para permanecer no mesmo. Questões ligadas ao trabalho foram preponderantes em todos os grupos analisados. Questões familiares aparecem como segunda maior motivação, com 29,1% das respostas, o que sugere o peso de questões de ordem socioeconômica no abandono dos alunos do ProJovem Urbano. Algumas das possíveis dificuldades familiares podemos explorar através de relatos dos grupos focais quanto às dificuldades familiares para ficarem no programa.

Minha maior dificuldade em relação a isso foi uma... Uma coisa pessoal, que no caso era o meu marido, que não aceitava eu estudar... E para eu estudar ele falou: 'Ou é o estudo ou é nós dois!' (Sete Lagoas – MG).

Eu conheço gente que deixou de ir para a escola porque não tem com quem deixar os filhos, eu deixo com uma pessoa (Jaboatão – PE).

Outra motivação que toma destaque é a distância entre casa e o núcleo¹⁶ onde ocorrem as atividades do programa. É importante especificar que a distribuição dos núcleos sofre mudanças no decorrer dos cursos. É previsto no documento oficial do programa que núcleos com baixa frequência sejam extintos. Tais extinções acarretam em consequências, quase sempre negativas conforme sugerem as seguintes falas dos grupos focais.

Se tivesse um auxílio para vale transporte, igual teve a cogitação... Muita gente do nosso núcleo desistiu, porque a maioria do pessoal morava em Carai e pra eles

¹⁶ Núcleos são como são designadas as escolas que cedem espaço para realização das atividades do ProJovem Urbano.

ficava sempre apertado. Eles gastavam mais de 100 reais por mês pra questão de transporte... Eu acho que ajudaria bem [algum incentivo a mais para a questão do transporte] (Divinópolis - MG).

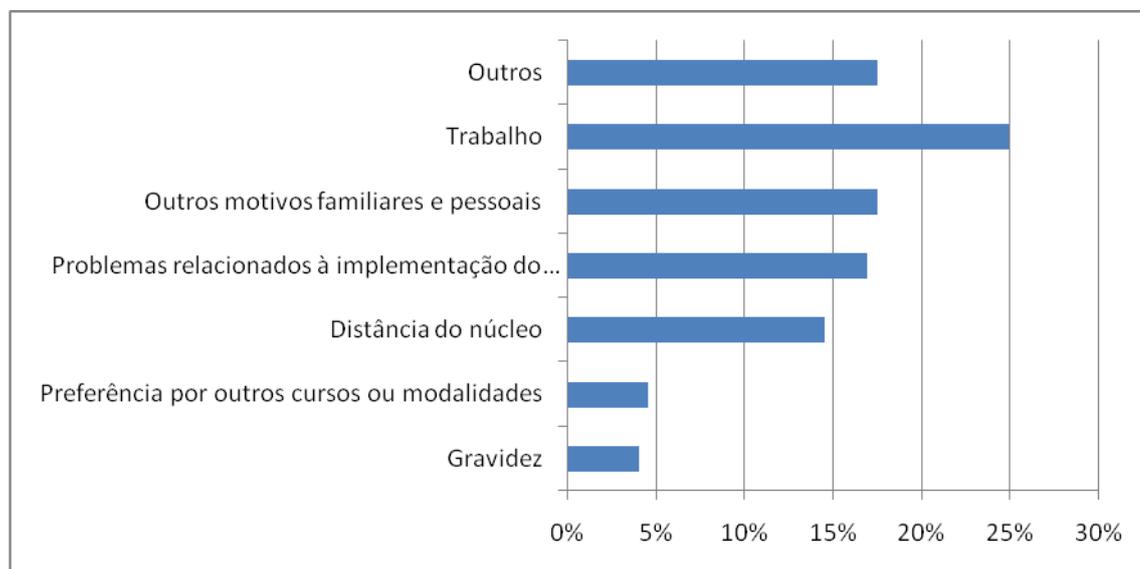
O PROJOVEM deveria fazer o que? Como ele não quer ter responsabilidade com o transporte do aluno, ele poderia pelo menos arcar com o *smartcard* cada aluno colocava, recarregava no caso, o crédito no seu *smartcard*. Porque hoje em dia, com uma bolsa de 100 reais, não dá pra suprir tudo (...) Eu fico pensando, a gente que mora longe, se for parar pra pensar no quanto se gasta com transporte do nosso bolso para chegar até o PROJOVEM, depois retornar pra casa e no outro dia tem que trabalhar de manhã cedo (Salvador - BA).

Dá licença... Igual agora, todo mundo teve férias, a gente depende dos alunos do colégio normal pra gente pegar o ônibus pra poder ir pra escola, entrou de férias o motorista não pega a gente. Porque a gente coloca o uniforme de outra escola pra poder ir pra escola (...) tem muita gente que não recebe o dinheiro da passagem, e alegam que a bolsa é o custo da passagem, mas tem muita gente que não tem, não está recebendo, e aí? (Nova Iguaçu - RJ).

Nota-se, portanto que questões ligadas à implementação do programa também apresentam dimensão considerável tomando as principais motivações para o abandono.

Quando separamos o quadro de motivações para o abandono entre os alunos evadidos e os desistentes, percebem-se grandes diferenças, como demonstram os gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Motivos apresentados pelos alunos para a desistência do programa



Fonte: ProJovem Urbano: Pesquisa com Evadidos

Gráfico 4 - Motivos apresentados pelos alunos para a evasão do programa



Fonte: Projovem Urbano: Pesquisa com Evadidos

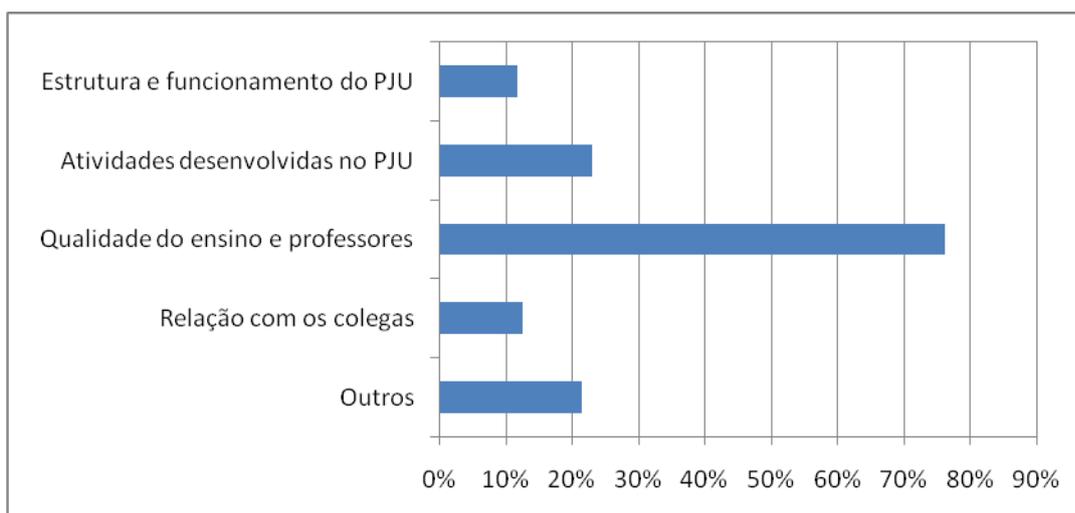
Sobre os gráficos, os fatores relacionados ao trabalho são as principais motivações para abandono do programa em ambos os casos, sendo 41,1% entre os evadidos e 24,9% para os desistentes. Outras motivações como questões familiares e pessoais aparecem de modo parecido em ambos os grupos. A grande diferença entre as motivações de evadidos e desistentes se concentram nas questões relacionadas à implementação do programa. Entre os evadidos a proporção desta motivação está na faixa dos 5%, enquanto que entre os desistentes esta questão é mencionada por 16,9% dos entrevistados. O que se nota lendo os gráficos é que embora a questão socioeconômica, com fatores ligados à ordem do trabalho e família, ainda sejam maioria, fatores de implementação do programa tem peso considerável em ambos os panoramas, de evadidos e de desistentes.

Observando o gráfico de alunos desistentes, devemos salientar que a questão no instrumento para resposta de motivação para desistir era aberta. Neste caso catalogamos as respostas e agrupamos em temas. Respostas ligadas a procedimentos de matrícula, realocação de núcleos, infraestrutura dos mesmos, pagamento de auxílio dentre outros consideramos como questões de implementação. Ainda no gráfico dos desistentes existe alta incidência da

categoria outros. Os gráficos foram extraídos de análise preliminar do banco de dados, logo após o período de coleta. Por esta questão da motivação ser aberta para os alunos desistentes, em algumas respostas encontramos dificuldades em agrupar as respostas. Seguramente esse banco de dados passará por trabalhos de depuração futuros.

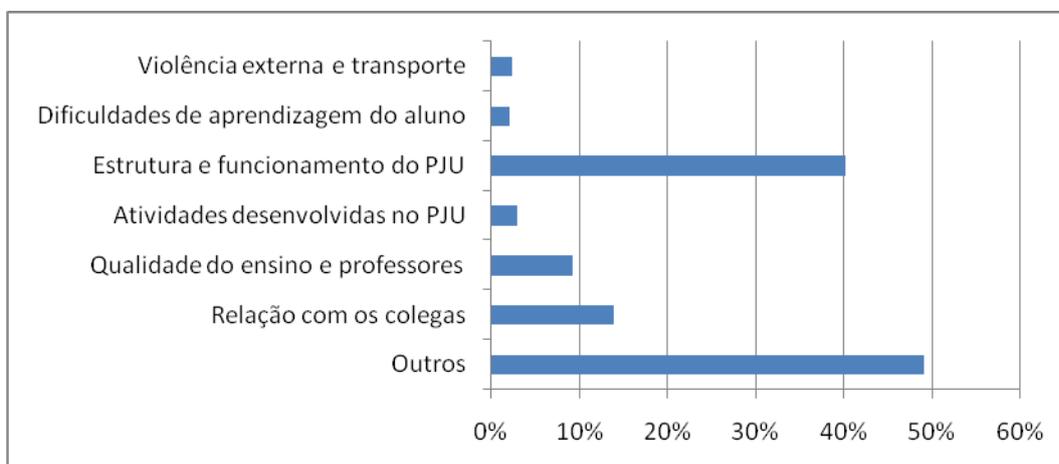
Em relação à avaliação que os alunos fazem do programa, de acordo com os gráficos 5 e 6 o que merece destaque é que, embora tenham abandonado o programa, os alunos fazem boa avaliação em relação à qualidade de ensino, professores e questões de ordem pedagógica, com mais de 75% das respostas. Em relação aos pontos negativos, os aspectos ligados à implementação merecem destaque, com 40% das respostas. No gráfico dos aspectos negativos encontramos dificuldades em agrupar determinadas respostas, por isso a alta incidência do agrupamento “outros”.

Gráfico 5 - Aspectos do ProJovem Urbano que os alunos mais gostaram



Fonte: ProJovem Urbano: Pesquisa com Evadidos

Gráfico 6 - Aspectos que os alunos menos gostaram



Fonte: ProJovem Urbano: Pesquisa com Evadidos

6. Considerações finais

A partir do conhecimento construído sobre a relação dos jovens com a escola e os resultados levantados nos estudos desenvolvidos a partir dos dados coletados pelo GT de Monitoramento e Avaliação do programa percebemos que questões de ordem socioeconômica ainda apresentam peso considerável no fenômeno do abandono escolar, e são percebidos como desafio entre os jovens que cursavam o curso à época da pesquisa. Contudo notamos indícios de que questões de ordem de implementação do programa, especialmente na ordem local, poderiam estar dificultando o acesso e permanência de alunos no programa. Contudo, os alunos fazem avaliação positiva, especialmente nas questões de ensino e aprendizagem. Isso sugere que questões fundamentais do programa e algumas das inovações pretendidas podem ter sido atingidas com êxito. Entretanto percebe-se também a necessidade de políticas públicas combinadas, possibilitando um contexto mais estruturado para que esses jovens possam retomar os estudos e se garantirem no mercado de trabalho. Sobre o abandono, outro indício de que questões de ordem de implementação tem peso nesse fenômeno seria a dinâmica apresentada no gráfico 1, em que o abandono varia tanto entre as coordenações locais onde o programa foi desenvolvido.

Diante desse panorama reconhecemos a importância de aprofundar os debates iniciados nesse artigo, com a finalidade de descobrir elementos na implementação do programa que comprometem a adesão e permanência de alunos, bem como apresentar soluções para tal situação.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei 11.129/2005**. In: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2005/lei-11129-30-junho-2005-537682-publicacao-30355-pl.html>. Acesso em 4 de outubro de 2010.
- _____. (2008) **Projeto pedagógico integrado – PPI – ProJovem Urbano**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf.
- _____. (2011) **Caderno temático: Não permanência no ProJovem Urbano**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude.

- CARRANO, P. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.
- CURY, C. J. **A Educação Básica no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.
- GOMES, J. V. **Jovens Urbanos Pobres: Anotações sobre escolaridade e emprego**. In: Revista Brasileira de Educação. n. 5, n. 6, 1997.
- HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- IBASE. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE e Instituto Pólis, 2010.
- ITABORAÍ, N. R. Mães adolescentes: desigualdades nos pontos de partida e de chegada. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- NERI, M. **Motivos da Evasão Escolar**. Brasília: Fundação Getulio Vargas, 2009.
- SPOSITO, M. **Indagações sobre as relações entre Juventude e Escola no Brasil**. JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud. Ano 9 n. 22. Mexico, DF: janeiro/junho, 2005, p. 201-227.
- _____ . **Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal**. Revista Educação e Realidade, vol. 33 n. 2. Porto Alegre: UFRGS Julho/dezembro 2008, p. 83-98.
- SPOSITO, M. & GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Revista Perspectiva**, 2004 v.22, n.2., p. 345-380.